

Ministério do Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

**“BRA 11/001 - Apoio para Implementação dos
Compromissos das Convenções Internacionais que
tratam da Biodiversidade”**

Produto 1

**Relatório do Planejamento e Organização do
Seminário Regional da CDB para a Descrição de
Áreas Marinhas Ecológica ou Biologicamente
Significantes (Ecologically or Biologically
Significant Marine Áreas – EBSAs) para o Caribe e
Região Central do Atlântico**

Consultor: Luis Henrique de Lima

Termo de Referencia: 136163

Janeiro/2012

1. Contextualização

Os recursos biológicos da Terra são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social dos seres humanos. Como resultado, há um crescente reconhecimento da biodiversidade como um ativo global de valor inestimável para a sobrevivência das gerações presentes e futuras. Ao mesmo tempo, atualmente, a ameaça às espécies e ecossistemas nunca foi tão séria e a extinção de espécies causadas por atividades humanas continua num ritmo alarmante.

Segundo os dados da UNESCO, aproximadamente 2/3 da população mundial vive a menos de 50 km do mar. Essa faixa de terra litorânea correspondente a menos de 2% do território terrestre abriga uma população de mais de 4 bilhões de pessoas, agrupadas em sua maioria em centros urbanos de médio e grande porte.

Essas populações litorâneas disputam o mesmo espaço territorial para diversas atividades e finalidades (habitação; indústria; comércio; transporte; agricultura; pesca; maricultura; lazer; turismo; etc.). É natural que, o adensamento populacional em uma área restrita gere disputas entre grupos distintos que querem desenvolver diferentes atividades, muitas vezes conflitantes e/ou até mesmo antagônicas. A ocupação desordenada desse espaço rompe o equilíbrio dinâmico dos elementos naturais atuantes (ventos, correntes, ondas e marés), gerando impactos negativos ao ambiente costeiro. Dessa forma, em todo o planeta, a zona costeira e marinha torna-se uma região de muitos conflitos de uso e, conseqüentemente, de problemas sociais, ambientais e econômicos.

No que tange à zona costeira brasileira, pode-se dizer que ela é uma típica representante desta realidade, sendo uma das mais extensas do mundo, com mais de 9000 km de extensão, abrigando grande variedade de ambientes (manguezais, recifes de corais, dunas, restingas, praias arenosas, costões rochosos, lagoas e estuários). Por outro lado, cerca de 70 % da população do país está fixada ao longo da zona costeira, distribuída em 17 estados e mais de 400 municípios. Devido à sua extensão, a zona costeira brasileira é marcada por diferenças regionais, de acordo com as características fisiográficas, oceanográficas, climáticas e biológicas do litoral. No entanto, todas estas regiões, de norte a sul, têm um denominador comum, uma vez que o crescimento das populações humanas e o uso e apropriação de seus recursos renováveis ou não renováveis vêm ocorrendo de forma desordenada por toda a costa. Esse processo tem provocado fortes pressões e sérios conflitos sociais, econômicos e culturais, sem que haja a devida compreensão dos agentes forçantes naturais e da capacidade de suporte dos ecossistemas envolvidos.

Prova dos efeitos negativos das pressões humanas é a perda de habitats (áreas entremarés, restingas, manguezais, recifes de coral, etc.), queda da qualidade da água costeira e dos lençóis freáticos, florações algais, declínio da pesca comercial e artesanal, diminuição dos estoques de recursos vivos e não-vivos, poluição de praias, aumento dos processos de erosão e enchentes costeiras, etc. A conservação destes recursos tende ser cada vez mais problemática e custosa, tanto do ponto de vista político quanto ambiental. Devido à esse quadro complexo e preocupante, a Zona Costeira brasileira tem recebido atenção do governo através dos Programas, Planos e Projetos para os setores de desenvolvimento urbano, portuário, transporte, turismo, geração de energia (petróleo, gás natural, eólico), pesca e aquicultura, incluindo-se aí as áreas sob o domínio da União. Essas ações tornam necessárias inúmeras medidas de planejamento territorial integrado para o arrefecimento das pressões sobre essa área.

Em complemento à esse cenário da costa brasileira, há uma extensa Zona Marinha, que por oferecer grandes resistências (grandes profundidades e correntes marítimas, tempestades e as enormes distâncias entre as áreas terrestres densamente ocupadas) às intervenções antrópicas, resistências estas que se ampliam na medida em que se afasta da linha de costa, acaba sendo ambientalmente menos vulnerável que a Zona Costeira, e por conseqüência, menos conhecida, monitorada e protegida.

Embora seja menos vulnerável, nem por isso a zona marinha é menos importante, pois além de fornecer parte substancial dos alimentos consumidos no planeta, fornece também inúmeros recursos minerais de importância para a vida moderna: destaque especial para o petróleo e o gás natural. De uma forma geral, estima-se que a biodiversidade dos oceanos seja enorme, no entanto ainda é pouco conhecida, contudo, é mundialmente reconhecida a forte ameaça que sofre a maior parte dos estoques pesqueiros, as tartarugas e inúmeros mamíferos marinhos. Por outro lado, a globalização tem promovido um significativo aumento no tráfego marítimo mundial, e com isso tem aumentado o número de acidentes ambientais, principalmente com produtos químicos e petroquímicos embarcados, além do volume de lixo lançado ao mar por essas embarcações e mesmo os produzidos nas cidades costeiras, representando ameaças constantes a fauna e flora tanto dos oceanos como das áreas costeiras.

Em relação à caracterização da Zona Marinha brasileira, pode-se dizer que ela inicia-se na região costeira, estendendo-se até as 200 milhas, constituindo a Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A ZEE brasileira tem uma extensão de cerca de 3,5 milhões de km², tendo como limites ao norte, a foz do Rio Oiapoque e ao sul, o Chuí, projetando-se, ainda, para leste, para incluir as áreas em torno do Atol das Rocas, Arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo, e as Ilhas da Trindade e Martin Vaz.

A geomorfologia da plataforma brasileira é bastante diversificada variando de 8 km ao largo da Bahia a 320 km na região da Foz do Rio Amazonas. Na região norte, a linha da costa apresenta-se bastante diversa. O litoral do Amapá é retilíneo, enquanto no nordeste do Pará e noroeste do Maranhão, a costa apresenta-se profundamente recortada. A leste da Baía do Tubarão, no Maranhão, a linha da costa torna-se, novamente, retilínea, onde as águas oceânicas se caracterizam por sua grande transparência. Destacam-se, ainda, na área costeira, os Golfões Marajoara e Maranhense, representando complexos estuarinos bastante dinâmicos, sendo o caminho natural de uma grande descarga sólida.

A largura da plataforma continental varia de 146 Km, ao largo do Amapá, chegando a 292 Km, no Amazonas e reduzindo-se para apenas 73 Km, a partir da Baía do Tubarão. As profundidades cobertas pela ZEE variam de cerca de 11 m a pouco mais de 4.000 m e a quebra de plataforma entre 75 e 80 m. A ZEE engloba, ainda, um trecho da Planície Abissal do Ceará, onde é possível observar alguns alto-fundos.

Na Plataforma Continental do Amazonas, entre o estuário do Rio Pará e a fronteira com a Guiana Francesa, o material despejado (água, soluções, partículas) e a expansão de energia (marés, correntes, ondas, ventos) são enormes. Esta situação produz uma infinidade de processos oceanográficos interdependentes e complexos, que exercem uma forte influência sobre a distribuição dos recursos vivos da região. A plataforma continental interna é recoberta por depósitos lamosos que favorecem as operações de pesca com arrasto. A região é, também, altamente influenciada pela Corrente Norte do Brasil (Corrente das Guianas), que transporta as águas da plataforma externa e do talude na direção noroeste. O aporte dos micronutrientes é derivado, exclusivamente, dos inúmeros estuários da região, sendo suas concentrações, geralmente, baixas na superfície e altas em profundidade, com variações espaço-temporal ainda pouco documentadas.

Na região Nordeste, a partir da foz do Rio Parnaíba, a região apresenta um perfil razoavelmente regular, quebrado apenas pelos estuários e deltas de grandes rios, notadamente o Parnaíba e o São Francisco. A plataforma continental nordestina tem uma largura média entre 36 e 55 Km e a quebra de plataforma varia entre 40 e 80 m, sendo constituída, basicamente, por fundos irregulares e formações de algas calcárias. Uma característica notável da costa, especialmente entre Natal e Aracaju, é a barreira de recifes que a margeia.

Além das ilhas oceânicas - Atol das Rocas e Arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo - uma série de bancos oceânicos rasos, com profundidades variando entre 50 e 350 m, pertencentes às Cadeias Norte-brasileira e de Fernando de

Noronha, ocorrem ao largo da plataforma continental, notadamente em frente aos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. A maior parte do domínio oceânico, contudo, é formada por áreas de grande profundidade, entre 4.000 e 5.000 m, as quais correspondem às Planícies Abissais do Ceará e de Pernambuco.

Na costa de Sergipe e da Bahia, o ambiente determinado pelas características oceanográficas tropicais e a plataforma continental estreita com média em torno de 10 Km, e é dominada por fundos irregulares com formações de algas calcárias, e se estender até, praticamente, o Cabo de São Tomé, ao norte do Estado do Rio de Janeiro.

A exceção marcante é dada pela expansão da plataforma continental, na direção leste, onde sua largura pode atingir até 240 Km. Essa região é formada pelos bancos submarinos das cadeias Vitória-Trindade e de Abrolhos, que provoca um desvio da Corrente do Brasil e uma perturbação da estratificação vertical e trazendo água de profundidade à superfície. O enriquecimento das águas dessa área devido ao aporte de nutrientes permite a existência de recursos pesqueiros relativamente abundantes.

A região entre o Cabo de São Tomé e o Cabo Frio caracteriza-se como uma faixa de transição entre o tipo de fundo calcário, dominante até então, e as extensas áreas cobertas de areia, lama e argila do Sudeste-Sul. A partir de Cabo Frio, observa-se a regularização do fluxo da Corrente do Brasil e a mudança de sua direção para sudoeste, em função da alteração da orientação da linha de costa e do alargamento da plataforma continental atingindo até 220 Km de largura.

No extremo sul, a Corrente do Brasil vai se encontrar com a Corrente das Falkland/Malvinas, formando a Convergência Subtropical. Uma parte da água fria vinda do sul afunda e ocupa a camada inferior da Corrente do Brasil, ao longo do talude continental, dando origem a uma massa d'água, rica em nutrientes, com baixas temperaturas e salinidades, a Água Central do Atlântico Sul (ACAS). Durante o verão, na região Sudeste, observa-se a penetração da ACAS sobre a plataforma continental, chegando até a zona costeira e influenciando diretamente no aumento da produção primária. Ao sul, um ramo costeiro da Corrente das Falkland/Malvinas vai alcançar a zona eufótica sobre a plataforma continental. A disponibilidade de nutrientes, derivada dessa água e do aporte de águas de origem continental, contribui para o enriquecimento da região, favorecendo a ocorrência de importantes recursos pesqueiros.

Em relação à biodiversidade de espécies que não compõem os estoques pesqueiros, pode-se afirmar que, tanto a região costeira quanto a marinha, há grande número de espécies de mamíferos, aves e quelônios. Há registros de 43 espécies de cetáceos na ZEE brasileira, sendo que quatro delas inspiram preocupação no que se refere à conservação: a baleia franca (*Eubalaena australis*); a jubarte (*Megaptera navaeangliae*); a franciscana ou toninha (*Pontoporia blainvillei*) e o boto cinza (*Sotalia fluviatilis*).

No mundo inteiro há apenas quatro espécies da ordem Sirenia, das quais duas delas ocorrem no Brasil, sendo apenas uma delas marinha: o peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*). É o mamífero aquático mais ameaçado do Brasil, com populações residuais não contínuas, de Alagoas ao Amapá, totalizando no máximo poucas centenas de indivíduos.

Para os pinípedes, são conhecidas sete espécies em águas brasileiras, das quais apenas duas são relativamente comuns: leão-marinho (*Otaria flavescens*) e o lobo-marinho-do-sul (*Arctocephalus australis*). Foi constatada a presença de um elefante marinho do sul (*Mirounga leonina*) no arquipélago de Fernando de Noronha, sendo considerado este o limite norte de ocorrência dos pinípedes no país.

Em relação às aves costeiras e marinhas, foram registradas mais de 100 espécies, associadas aos sistemas costeiros e marinhos brasileiros. Das espécies de aves marinhas comumente encontradas no Brasil, algumas são residentes, outras são migrantes dos hemisférios norte e outras de regiões mais ao sul. Na região Norte há a ocorrência e reprodução de espécies ameaçadas de extinção, como o guará (*Eudocius ruber*). A região

constitui, ainda, corredor de migração e invernada de *Charadriiformes* neárticos e reprodução colonial de *Ciconiiformes*. As ilhas costeiras das regiões Sudeste-Sul são sítios de nidificação do trinta-réis (*Sterna* spp.), da pardela de asa larga (*Puffinus lherminieri*), do tesourão (*Fregata magnificens*), do atobá (*Sula leucogaster*) e do gaivotão (*Larus dominicanus*).

No que diz respeito aos quelônios, das sete espécies de tartarugas marinhas existentes no mundo, cinco vivem nas águas brasileiras: cabeçuda ou amarela (*Caretta caretta*), verde (*Chelonia mydas*), gigante, negra ou de couro (*Dermochelys coriacea*), tartaruga de pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga pequena (*Lepidochelys olivacea*). Essas espécies buscam praias do litoral e ilhas oceânicas para a desova e também para abrigo, alimentação e crescimento.

Da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e das ações do Governo do Brasil

Em resposta, ao dramático quadro de ameaça e extinção de espécies e ecossistemas causadas pelas atividades humanas, no final de 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) convocou um Painel de Peritos sobre Diversidade Biológica a fim de analisar a necessidade de uma Convenção Internacional sobre a Diversidade Biológica. Em meados de 1989, o PNUMA estabeleceu o Grupo *Ad hoc* de juristas e técnicos para elaborar um instrumento jurídico internacional para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Foi levada em consideração "a necessidade de compartilhar os custos e benefícios entre países desenvolvidos e em desenvolvimento" e "os meios e as formas de apoiar as inovações das comunidades locais."

No início de 1991, o Grupo *Ad hoc* recebeu o nome de Comitê Intergovernamental de negociação. Seu trabalho culminou em 22 de maio de 1992 na Conferência de Nairóbi, que aprovou o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica. Logo em seguida, em junho de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, ela foi aberta para assinatura ficando até junho de 1993, período durante o qual 168 países a assinaram. A Convenção entrou em vigor em dezembro de 1993, 90 dias após a ratificação por 30 países. A primeira reunião da Conferência das Partes foi convocada no final de 1994, nas Bahamas.

A CDB é um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio-ambiente e o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade. Ela representa um passo decisivo para a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos

Dentre os marcos legais e políticos mundiais que orientam a gestão da biodiversidade em todo o mundo definidos na CDB encontram-se: o *Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança*, que estabelece as regras para a movimentação transfronteiriça de organismos geneticamente modificados (OGMs) vivos; o *Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura*, que estabelece, no âmbito da FAO, as regras para o acesso aos recursos genéticos vegetais e para a repartição de benefícios; as *Diretrizes de Bonn*, que orientam o estabelecimento das legislações nacionais para regular o acesso aos recursos genéticos e a repartição dos benefícios resultantes da utilização desses recursos (combate à biopirataria); as *Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade*; os *Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade*; as *Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras*; e os *Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecossistêmica para a Gestão da Biodiversidade*. Igualmente no âmbito da CDB, foi iniciada a negociação de um Regime Internacional sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição dos Benefícios resultantes desse acesso.

A Convenção estabeleceu importantes programas de trabalho temáticos nas áreas de biodiversidade: marinha e costeira; das águas continentais; florestal; das terras áridas e sub-úmidas; das montanhas; e dos sistemas agrícolas (agrobiodiversidade). Além disso, criou iniciativas transversais e programas de trabalho sobre áreas protegidas, conservação de plantas, conservação e uso sustentável dos polinizadores, transferência de tecnologias, medidas de incentivo econômico, proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais associados à biodiversidade, educação e sensibilização pública, entre outras.

O Brasil foi o primeiro país a assinar a CDB e, para cumprir com os compromissos assumidos, através do Ministério do Meio Ambiente, iniciou um trabalho de diagnósticos visando a conservação dos principais biomas brasileiros. Nesse sentido, entre 1997 e 2000, o Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) realizou uma ampla consulta para a definição de áreas prioritárias para conservação na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos, e na Zona Costeira e Marinha.

No final do processo, definiu-se 900 áreas prioritárias, as quais foram reconhecidas pelo Decreto nº 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria nº 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente. Essa portaria determina que a lista de 900 “deverá ser revista periodicamente, em prazo não superior a dez anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO”.

Em sequência, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do Ministério do Meio Ambiente, através da Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) assumiu o compromisso de formular o Plano Nacional de Áreas Protegidas para implementar o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e os demais compromissos nacionais como as deliberações da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O Plano foi concebido para ser o instrumento de pactuação das metas que permitirão o país reduzir a perda de biodiversidade, por meio da consolidação de um sistema ampliado de áreas protegidas. Ele engloba as áreas definidas geograficamente, cuja regulamentação e/ou administração promovam a proteção, conservação, recuperação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como a repartição justa e equitativa dos benefícios, contemplando de forma prioritária as Unidades de Conservação, as Terras Indígenas e as Terras de Quilombos. As demais áreas protegidas serão tratadas no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas segundo a abordagem ecossistêmica, no planejamento da paisagem.

Para elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, o governo brasileiro e a sociedade civil (signatários) se comprometeram a seguir as recomendações sugeridas no programa de trabalho de áreas protegidas da CDB, por meio do Protocolo de Intenções assinado na COP 7, em fevereiro de 2004:

- As ações prioritárias do plano devem ser definidas durante a elaboração
- Os elementos programáticos do programa de trabalho da CDB devem orientar o processo de elaboração
- O processo de elaboração e a implantação serão coordenados pelo MMA/SBF/DAP
- A instância de participação direta da sociedade no processo de elaboração e na implementação da política de áreas protegidas será o Fórum Nacional de Áreas Protegidas
- Considerar a abordagem ecossistêmica, no estabelecimento de sistemas, redes ecológicas e corredores de áreas protegidas;

- Considerar as ações no âmbito das áreas protegidas dos demais programas temáticos da CDB: Diversidade Biológica Marinha e Costeira, de Florestas, Águas Interiores, Terras secas;
- Intensificar as ações de integração das diversas políticas setoriais à conservação e restauração da biodiversidade.

Conforme determinado pela Portaria nº 126, em meados de novembro de 2005 iniciou-se o processo de atualização das Áreas Prioritárias com a realização da Oficina “Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade – Alvos e Ferramentas”, em Brasília – DF. Essa oficina contou com a participação de 121 pessoas e definiu a metodologia a ser adotada no processo, a qual que foi aprovada pela CONABIO através da deliberação 039, de 14 de dezembro de 2005.

Durante ano de 2006, foram realizadas as oficinas técnicas, a compilação e o processamento das informações e, posteriormente, os seminários regionais com o objetivo de atualizar as áreas e ações prioritárias à conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira.

O processo de atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, teve como resultados um novo mapa com 2.684 áreas prioritárias indicadas e referendadas pela sociedade. Dessas, 1.123 já eram áreas protegidas (Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs)) e as outras 1.561 compostas por novas áreas propostas, sendo: 880 áreas prioritárias no bioma Mata Atlântica, 824 na Amazônia, 431 no Cerrado, 314 na Zona Costeira, 292 na Caatinga, 105 no Pampa, 102 na Zona Marinha e 50 no Pantanal.

Voltando à Convenção, na 9ª Reunião das Partes da CDB, realizada em Bonn, em 2008, foi apresentada a Resolução IX/20 que tratou especificamente da temática biodiversidade costeira e marinha. No item 13 dessa resolução, aprovou-se o relatório da Oficina de Especialistas sobre os critérios ecológicos e sistemas de classificação biogeográfica de áreas marinhas que necessitam de proteção. No item 14, adotou-se os critérios científicos (Anexo I da Resolução) para identificar as áreas marinhas biológica e ecologicamente importantes que necessitam de proteção. Nesse mesmo item, adotou-se também a orientação científica (Anexo II da Resolução) para designar as redes representativas de áreas marinhas protegidas, de acordo com o recomendado no relatório do Seminário de Especialistas sobre os critérios ecológicos e os sistemas de classificação biogeográfica de áreas marinhas que necessitam de proteção.

Já na 10ª Reunião das Partes da CDB, realizada em Nagoya, em 2010 foi apresentada a resolução X/29 que também tratou da temática biodiversidade costeira e marinha. No item 11 dessa resolução deu-se destaque a importância de trabalhar em colaboração com iniciativas regionais relevantes, e com organizações e acordos que possibilitassem a identificação de Áreas Marinhas de grande significado ecológico e biológico (**Ecologically or Biologically Significant Areas - EBSAs**). Esse trabalho deve estar sempre alinhado com as leis internacionais, incluindo a Lei dos Direitos do Mar, em particular, em mares fechados ou semi fechados tais como o Mar Negro e o Cáspio, na região báltica, na ampla região do Caribe, no Mar Mediterrâneo e em outras áreas para promover o uso sustentável da biodiversidade.

No item 36 da mesma resolução foi solicitado à Secretaria Executiva que trabalhasse em parceria com os países membros da CDB e outros governos, organizações e iniciativas regionais (como a FAO), com convenções (sobre mares regionais e planos de ação e, aonde mais fosse apropriado), com organizações de manejo de pesca, para organizar uma série de workshops regionais para a identificação de Áreas Marinhas (EBSAs) antes da próxima reunião do Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice

(SBSTTA) e da 11ª Reunião das Partes da CDB (a ser realizada em outubro de 2012, na Índia).

Com a realização dessas Oficinas Regionais, o secretariado da CDB poderá identificar e auxiliar a descrição das áreas marinhas com significado ecológico e biológico (EBSAs) utilizando os critérios científicos descritos no anexo I da resolução IX/20, além de outros critérios relevantes e complementares acordados tanto no âmbito nacional, quanto intergovernamental, além das orientações científicas na identificação de áreas marinhas protegidas além das jurisdições nacionais.

Nesse contexto, o Brasil recebeu o convite e aceitou sediar e organizar a Oficina Regional do Amplo Caribe e do Médio-Atlântico Ocidental (*Wider Caribbean and Western Mid-Atlantic Regional Workshop to Facilitate the Description of Ecologically or Biologically Significant Marine Areas*), que ocorrerá em Recife/PE, de 28 de fevereiro a 2 de março de 2012.

A Oficina Regional e a Reunião Preparatória Nacional

Focado em garantir que as EBSAs brasileiras, tanto nas áreas oceânicas da nossa ZEE, quanto nas do Atlântico Sul além das águas jurisdicionais estejam representadas nesse trabalho de identificação e descrição, o MMA, através da Gerência de Biodiversidade Aquática (GBA), da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), está envolvendo grande número de especialistas nesse processo.

Dessa forma, visando levantar o melhor e mais completo conjunto de dados possível, os técnicos da GBA e o consultor Luis Henrique de Lima, solicitaram, através de e-mail, a um grande número de pesquisadores e especialistas das diferentes temáticas ligadas à biodiversidade costeira marinha, a disponibilização de dados e informações referentes à região costeira marinha em discussão, através do preenchimento de um questionário (ver modelo do questionário no Anexo 6). Os dados, juntamente com os questionários preenchidos deverão ser enviados até o dia 30 de janeiro para que possam ser compilados e organizados

Logo após essa etapa, o MMA, com o apoio da Petrobras e do Banco Mundial, realizará uma Reunião Preparatória que possibilitará a discussão, definição e descrição detalhada das áreas biológica e ecologicamente significativas que o Brasil sugerirá como EBSA no workshop Regional. Esse evento ocorrerá nos dias 7 e 8 de fevereiro, no Manhattan Plaza (SHN Quadra 2, Bloco A, Asa Norte) em Brasília, e contará com a participação de 25 pesquisadores e gestores dos países. A Petrobras arcará com os custos das passagens aéreas, aluguel das salas, almoço e coffee breaks, e o MMA com o pagamento de meia diária a cada participante para que custear as despesas de transporte local e jantar. Embora a organização deste evento não estivesse contemplada no Termo de Referência dessa consultoria, por ser este parte importante para o desenvolvimento do Produto I, ele se envolveu diretamente na organização dele. Os documentos referentes à organização desse evento seguem agrupados no Anexo 1 (texto do convite; lista de participantes externos à Brasília).

Em relação à Oficina Regional do Amplo Caribe e do Médio-Atlântico Ocidental para a definição e descrição das EBSAs, essa ocorrerá entre os dias 28 de fevereiro e 02 de março, no Mar Hotel Recife, Recife/PE (detalhes como convite, agenda provisória, ver Anexo 2). Os detalhes técnicos e logísticos da oficina foram definidos através da troca de e-mails, mas principalmente, em duas "conference calls" realizadas entre os técnicos do MMA (Brasília/Brasil) e do Secretariado da CDB (Montreal Canadá). A primeira de caráter logístico-administrativo definiu-se todos os detalhes logísticos e administrativos do evento, inclusive que este ocorreria na cidade de Recife, no Mar Hotel Recife. Para tal, a organização local (MMA) deveria seguir a lista de requisitos mínimos estabelecidas pela CDB, ficando responsável pelos seguintes itens:

LISTA DE REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E LOGÍSTICAS PARA A REUNIÃO DO EBSAS

Local: RECIFE/PE

Período: DE 28 DE FEVEREIRO A 02 DE MARÇO DE 2012

40 QUARTOS SINGLES (sendo 21 custeados pela CDB, 15 custeados pelos representantes das entidades convidadas e 4 para a delegação brasileira);

1 AUDITÓRIO PARA 50 PESSOAS COM AS MESAS DISPOSTAS EM “U” - 24 hs/DIA;

1 SALA PARA 30 PESSOAS - 24 hs/DIA;

1 SALA PARA A ORGANIZAÇÃO PARA 10 PESSOAS - 24 hs/DIA;

1 SISTEMA DE SOM;

20 MICROFONES TIPO “GOOSE NECK”;

SISTEMAS DE TRADUÇÃO SIMULTÂNEA ESPANHÓL – INGLÊS, INGLÊS – ESPANHÓL;

INTERNET DE ALTA VELOCIDADE (pelo menos 20MB) E WIRELESS;

2 TELAS DE PROJEÇÃO;

2 PROJETORES MULTIMÍDIA (Datashow) COM COMPUTADOR;

1 COPIADORA DE ALTA PERFORMANCE E MULTIFUNÇÕES;

4 LANCHES NO INTERVALO DA MANHÃ COM CAFÉ, CHÁ E BISCOITO;

4 COFFEE BREAK (NO INTERVALO DA TARDE);

1.200 GARRAFAS DE ÁGUA (350ml) – 300 GARRAFAS/DIA;

1 JANTAR DE confraternização;

BANNERS E MATERIAL DE COMUNICAÇÃO;

MATERIAL DE ESCRITÓRIO (CRACHÁ; LÁPIS/CANETA; BLOCO DE PAPEL, ETC);

Após algumas reuniões internas da GBA, definiu-se que a empresa PREMIER EVENTOS LTDA, contratada pelo MMA para a realização de eventos, seria a responsável pela organização da logística da Oficina. Esta enviou a lista de itens os quais compunham a Ata de Adesão da contratação do MMA e o consultor, juntamente com a Analista Ambiental do MMA, Paula Moraes, definiram os detalhes a serem contratados (Anexo 3).

Ficou acordado também que, por não fazer parte da Ata de Adesão da Premier Eventos Ltda., tanto a COPIADORA DE ALTA PERFORMANCE E MULTIFUNÇÕES quanto o serviço de WIRELESS seriam custeados pelo Banco Mundial.

Em relação ao Jantar de Confraternização, definiu-se que este ocorrerá no dia 28 de fevereiro, no próprio Mar Hotel, tendo sido escolhida opção 1 do cardápio oferecido pelo hotel (Anexo 4)

Na segunda "Conference Call", de caráter técnico, definiu-se que seria estendido área de discussão até o limite dos estados do Espírito Santo e Rio Janeiro e que, para identificação das áreas marinhas biológica e ecologicamente importantes que necessitam de proteção, deveriam ser seguidas a orientação e os critérios ecológicos e os sistemas de classificação biogeográfica de áreas marinhas que necessitam de proteção definidos Seminário de Especialistas da CDB. Ver Anexos 5 e 6.

Para facilitar a compilação dos dados a serem utilizados durante a Oficina Regional, cada país participante deverá enviar os Templates (um para cada área sugerida) preenchido ao secretariado da CDB até o dia 15 de fevereiro (ver modelo do Template no Anexo 7).

Brasília, 16 de janeiro de 2012

Luis Henrique de Lima
Consultor

ANEXO 1

Convite para a Reunião Preparatória da Oficina Regional do EBSAs

Caro(a) especialista,

Visando cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Gerência de Biodiversidade Aquática (GBA) e o Departamento de Áreas protegidas (DAP), da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (GBA/SBF/MMA), vem convidá-lo(a) a participar da **discussão e construção de subsídios para a identificação de Áreas Marinhas Ecologicamente ou Biologicamente Significativas - EBSAs** (Ecologically or Biologically Significant Marine Areas) na região do Grande Caribe e Meio Atlântico Ocidental (Wider Caribbean and Western Mid-Atlantic Regional Workshop).

Os critérios científicos para identificar áreas marinhas ecológica ou biologicamente significativas, bem como as orientações científicas e os passos iniciais para a concepção de redes representativas de áreas marinhas protegidas, foram discutidas e definidas no Seminário de Especialistas sobre Critérios Ecológicos e Sistemas de Classificação Biogeográfica de Áreas Marinhas com Necessidade de Proteção. Para informações sobre critérios, orientações e exemplos, ver arquivos 1 e 2 em anexo.

Na 9ª Reunião das Partes da CDB, realizada em Bonn em 2008, foi aprovada a Resolução IX/20 que tratou da temática biodiversidade costeira e marinha, assim como o relatório da Oficina de Especialistas com critérios, sistemas de classificação biogeográfica e a orientação científica para designar as redes representativas de áreas marinhas protegidas. Na 10ª Reunião das Partes da CDB, realizada em Nagoya em 2010, foi aprovada a resolução X/29 que também tratou da temática biodiversidade costeira e marinha. Essa resolução deu grande importância para se trabalhar em colaboração com os países membros da CDB e outros governos, organizações e iniciativas regionais que possibilitassem a identificação das EBSAs, em particular, nos mares fechados ou semi fechados (como o Mar Negro e o Cáspio, a Região Báltica, a Região do Caribe, o Mar Mediterrâneo) ainda antes da próxima reunião do Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice (SBSTTA) e da 11ª Reunião das Partes da CDB que se realizará em outubro de 2012, na Índia. Para mais informações sobre esse processo, ver arquivo 3 em anexo e acesse: www.cbd.int/doc/?meeting=EWBCSIMA-01 <<http://www.cbd.int/doc/?meeting=EWBCSIMA-01>>

Por isso, Secretariado da CDB está realizando Workshops para identificar as EBSAs em cada uma dessas regiões prioritárias. Nesse contexto, o Brasil foi convidado a sediar o Workshop Regional do Grande Caribe e do Meio Atlântico Ocidental, que ocorrerá em Recife/PE, de 28 de fevereiro a 2 de março de 2012. A GBA/MMA solicitou à CDB que a área a ser tratada nesse workshop fosse estendida até o limite entre o Espírito Santo e Rio de Janeiro, portanto, considere que a área será expandida (ver arquivo 4, em anexo).

Para garantir que as EBSAs brasileiras, dentro e fora nossa ZEE, estejam bem representadas nesse trabalho, vimos solicitar a sua preciosa colaboração no sentido de **preencher o formulário** (arquivo 5, em anexo) com as áreas e informações que julgar pertinente, e **enviá-lo(s) para Monica Peres, Paula Moraes e Luis Henrique Lima até 30 de janeiro de 2012**. Em parceria com a PETROBRAS, estamos fazendo um esforço extra para realizar uma reunião de especialistas, preparatória, de 2 dias em Brasília, prevista para a primeira ou segunda semana de fevereiro de 2012. Nessa oportunidade pretendemos discutir em mais detalhe as EBSAs que o Brasil levará para o Workshop Regional e seria extremamente importante poder contar com a sua presença. Para isso, **pedimos que enviem para Monica, Paula e Henrique a confirmação ou não de sua disponibilidade de viagem no(s) período(s) proposto(s), sua cidade de origem, seu CPF, conta bancária, telefone e email preferenciais para contato**. Gostaríamos ainda de poder contar com sua contribuição no sentido de **identificar outros especialistas** além da nossa lista (ver arquivo 6, em anexo) que possam ter expertise e informações relevantes para esse processo.

Desde já agradecemos sua importante contribuição e nos colocamos a sua disposição,

Atenciosamente,

Monica Brick Peres

Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do Meio Ambiente

Telefone: (61) 2028-2153

Fax: (61) 2028-2013

SEPN 505 Norte, Bloco B 4 º andar sala 406

70.730-542 - Brasília DF

Lista de Especialistas Convidados para a Reunião Pré-EBSAs

	Nome	Instituição	Email
1	Alexandre Novaes Zerbini	Projeto baleias	Alex.Zerbini@noaa.gov +1 (206) 351-7311 (celular nos EUA)
2	Carlos Eduardo Leite Ferreira	UFF - Rio de Janeiro	cadu@vm.uff.br
3	Débora Pires	UFRJ – Rio de Janeiro	Debora.pires@coralvivo.org.br Cel: 21 99740913
4	João Batista Teixeira	Vitória - ES	jboceano@gmail.com Cel: 27 92395693
5	George Olavo Mattos e Silva	UEFS – Salvador	georgeolavo@uol.com.br
6	José Angel Perez	Univali - Itajaí	angel.perez@univali.br Celular 47 99896296 Fone UNIVALI: 47 33417714 (após dia 30 de janeiro)
7	Flavia Lucena Fredou	UFRPE - Recife	flavialucena@hotmail.com flavia.lucena@pq.cnpq.br
8	Patricia Charvet	SENAI -Curitiba/PR	pchalm@gmail.com
9	Paulo Travassos	UFPE - Recife/PE	pautrax@hotmail.com telefone 081 98344271
10	Rosangela Paula Teixeira Lessa	UFRPE - Recife/PE	rplessa@hotmail.com rplessa@ig.com.br Tel: 81 33410447 (res) Cel: 81 87540617
11	Tatiana Neves	Projeto Albatroz São Paulo/SP	tneves@projetoalbatroz.org.br Tel: 13 3324-6006 / 3324-6008 Cel: (13) 9719-1716
12	José Henrique Muelbert	FURG - Rio de Janeiro/RJ	docjhm@furg.br Tel: 53 3233-6513
13	Eduardo Secchi	FURG - Rio Grande/RS	edu.secchi@furg.br
14	José Souto Rosa Filho	UFPA – PA	jsouto@ufpa.br Te.: 91 32017987
15	Marcos Reis Rosa	Arcplan - São Paulo	mrosa@arcplan.com.br Cel: 11 91149058 Tel: 11 26793055
16	José Eduardo A. R. Marian	USP - Depto Zoologia São Paulo/SP	jeduardo_marian@yahoo.com.br Cel: 11 6328 7573
17	2 Representantes do ICMBio		
19	2 Representantes da Petrobras		
21	4 técnicos do MMA		

ANEXO 2



Ref.: SCBD/STTM/JM/JLe/rg/77432

7 September 2011

NOTIFICATION

Subject: Caribbean and Mid-Atlantic Regional Workshop to Facilitate the Description of Ecologically or Biologically Significant Marine Areas (EBSAs)
28 February to 2 March 2012, Praia do Forte, Brazil

Dear Madam/Sir,

In decision X/29, the Conference of the Parties (COP) to the Convention on Biological Diversity requested the Executive Secretary to organize a series of regional workshops, with a primary objective to facilitate the description of ecologically or biologically significant marine areas through application of scientific criteria in annex I of decision IX/20 as well as other relevant compatible and complementary nationally and intergovernmentally agreed scientific criteria, as well as the scientific guidance on the identification of marine areas beyond national jurisdiction, which meet the scientific criteria in annex I to decision IX/20.

The Conference of the Parties further requested that the Executive Secretary, in organizing the above-mentioned regional workshops, work with Parties and other Governments as well as competent organizations and regional initiatives, such as the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), regional seas conventions and action plans, and, where appropriate, regional fisheries management organizations (RFMOs).

Pursuant to this request, I have the pleasure to inform you that, with financial support from the European Union, the Secretariat is convening a Greater Caribbean and Western Mid-Atlantic regional workshop to facilitate the description of ecologically or biologically significant marine areas (EBSAs), in collaboration with the Secretariat of the Caribbean Environment Programme. This workshop will be hosted by the Government of Brazil and take place from 28 February to 2 March 2012, in Praia do Forte, Brazil.

I invite you to nominate, at your earliest convenience but no later than 20 October 2011, an expert who can participate in this workshop and provide scientific information in support of the workshop objectives prior to the workshop. The selection of experts will be based on scientific expertise and experience, taking into account the guidance of COP in its decision X/29, and will be carried out using the following criteria:

CBD National Focal Points and SBSTTA Focal Points in Greater Caribbean and Western Mid-Atlantic Region; other Governments; competent organizations and regional initiatives



Secretariat of the Convention on Biological Diversity
United Nations Environment Programme
413 Saint-Jacques Street, Suite 800, Montreal, QC, H2Y 1N9, Canada
Tel : +1 514 288 2220, Fax : +1 514 288 6588
secretariat@cbd.int www.cbd.int



- Good scientific knowledge related to, and research experience in describing ecologically or biologically significant marine areas through application of scientific criteria in annex I of decision IX/20 as well as other relevant compatible and complementary nationally and intergovernmentally agreed scientific criteria;
- Good scientific knowledge related to, and experience in the application of scientific guidance on the identification of marine areas beyond national jurisdiction, which meet the scientific criteria in annex I to decision IX/20; and
- Good scientific knowledge related to, and experience in developing and applying biogeographic classification systems of open-ocean waters and deep-sea habitats

Draft terms of reference and provisional agenda for the workshop are annexed to this notification for your reference. Meeting documents will be forwarded to the selected experts and posted on the CBD website in due course. The meeting will be conducted in English.

Nominations should be submitted to the CBD Secretariat via an official signed letter addressed to the Executive Secretary by the above deadline (faxed to +1 514 288-6588 or as a scanned attachment to an email addressed to secretariat@cbd.int) together with a curriculum vitae that clearly indicates the areas of expertise and experience of the nominee.

I thank you in advance for your cooperation in this matter and your continued support of the work of the Convention.

Please accept, Madam/Sir, the assurances of my highest consideration.

Ahmed Djoghlaif
Executive Secretary

Attachment

Annex 1. Draft Terms of Reference for the CBD Regional Workshops
To Facilitate the Description of Ecologically or Biologically Significant Marine Areas -
EBSAs (paragraph 36, decision X/29)

1. Describe ecologically or biologically significant marine areas through application of the scientific criteria adopted through decision IX/20 and contained in annex I to that decision, as well as other relevant compatible and complementary nationally and intergovernmentally agreed scientific criteria, as well as the scientific guidance on the identification of marine areas beyond national jurisdiction, which meet the scientific criteria in annex I to decision IX/20;
2. Collate, review, analyse and synthesize relevant scientific data/information/maps collected through the CBD EBSA repository system called for in decision X/29 (paragraphs 39, 42 and 43), to undertake the above activity in paragraph 1;
3. Collate, review, analyse and synthesize relevant scientific information data/information/maps from other credible, quality-controlled sources, to undertake the above activity in paragraph 1;
4. Compile and produce regional EBSA reports for consideration by SBSTTAs; and
5. The regional workshops will be convened by the Executive Secretary in collaboration with Parties and other Governments as well as competent organizations and regional initiatives, such as the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), regional seas conventions and action plans, and, where appropriate, regional fisheries management organizations (RFMOs), with regards to fisheries management.

Annex 2. Draft Provisional Agenda

1. Opening of the meeting
2. Election of the workshop co-chairs, adoption of the agenda and organization of work, including the workshop scope and output
3. Workshop background: EBSAs process and its linkage to other relevant global processes
4. Review relevant scientific data/information/maps compiled through the CBD EBSA repository system and other credible, quality-controlled sources
5. Describe ecologically or biologically significant marine areas (EBSAs) through application of the scientific criteria for EBSAs (annex I to decision IX/20) and other relevant compatible and complementary nationally and intergovernmentally agreed scientific criteria, as well as the scientific guidance on the identification of EBSAs
6. Identify gaps and needs for further elaboration in describing EBSAs, including the need for scientific capacity development and a proposal for future scientific collaboration
7. Other matters
8. Adoption of the report
9. Closure of the meeting

ANEXO 3



Ao

Ministério do Meio Ambiente

Proposta de preço para atendimento ao evento "**Regional Workshop to Facilitate the Description of Ecologically or Biologically Significant Marine Areas (EBSAs)**".

Local: Mar Hotel Recife - Rua Barão de Souza Leão, 451 - Boa Viagem - Recife - PE

Período de contratação: 26 de Fevereiro a 02 de Março de 2012.

Data: 28 de fevereiro a 2 de março de 2012.

Horário: Das 08h as 18h.

Ítem	Descrição	Und.	Qdt	Diárias	VI. Unt.	VI. Total
2.1.1	COFFE BREAK – Tipo I a tarde dias 28/02, 29/02, 01/03 e 02/03.	Cotado / pessoa	50	4	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
2.3.2	REFEIÇÃO TIPO 2 – Jantar dia 28/02. EM LOCAL RESERVADO.	Unidade	50	1	R\$ 40,40	R\$ 2.020,00
2.5.1	CAFÉ	Litro	5	4	R\$ 15,00	R\$ 300,00
2.5.2	CHÁ	Litro	2	4	R\$ 15,00	R\$ 120,00
2.6.3	AGUA MINERAL – Garrafão 20 l	Unidade	2	4	R\$ 10,00	R\$ 80,00
2.6.3	AGUA MINERAL – Garrafão 20 l - 27/02	Unidade	1	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
3.1.1	MESA DE SOM	Und./Diária	1	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
3.1.3	CAIXA ACÚSTICA	Und./Diária	2	6	R\$ 30,00	R\$ 360,00
3.1.4	AMPLIFICADOR	Und./Diária	1	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00
3.1.9	MICROFONE UNIDIRECIONAL SEM FIO	Und./Diária	17	5	R\$ 40,00	R\$ 3.400,00
3.1.19	SONORIZAÇÃO - Tipo III	Diária	1	5	R\$ 2.500,00	R\$ 12.500,00
4.35	TRADUÇÃO SIMULTÂNEA	Unidade	1	5	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00
5.6	CADEIRA TIPO UNIVERSITÁRIA	Und./Diária	20	6	R\$ 7,80	R\$ 936,00
5.6	CADEIRA TIPO UNIVERSITÁRIA	Und./Diária	50	5	R\$ 7,80	R\$ 1.950,00
5.12	MESA BANCADA PARA IMPRESSORA	Und./Diária	1	5	R\$ 11,70	R\$ 58,50
5.13	MESA LAMINADO BRANCO	Und./Diária	30	5	R\$ 13,20	R\$ 1.980,00
5.16	MESA DIRETIVA	Und./Diária	1	5	R\$ 43,88	R\$ 219,40
6.26	NOBREAK	Und./Diária	2	5	R\$ 40,50	R\$ 405,00
6.33	PROJETOR MULTIMÍDIA/DATA SHOW	Und./Diária	2	5	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
6.38	TELA DE PROJEÇÃO	Und./Diária	2	5	R\$ 30,25	R\$ 302,49

Ítem	Descrição	Und.	Qdt	Diárias	VI. Unt.	VI. Total
6.50	EQUIPAMENTO PARA SERVIÇO DE TRADUÇÃO - para os dias 28/02 e 02/03	Por pessoa - Mín. 100 pax	1	2	R\$ 1.100,00	R\$ 2.200,00
6.52	EQUIPAMENTO PARA TRADUÇÃO SIMULTÂNEA - para os dias 28/02 e 02/03	Und./Diária	1	2	R\$ 1.140,00	R\$ 2.280,00
6.59	TOMADAS ESPECIAIS	Unidade	25	5	R\$ 2,00	R\$ 250,00
6.61	EXTENÇÕES	Unidade	4	5	R\$ 5,25	R\$ 105,00
7.1	INTERNET	Diária	2	5	R\$ 24,00	R\$ 240,00
8.69	TAÇA VIDRO	Unidade	100	5	R\$ 0,50	R\$ 250,00
9.1	REDE LÓGICA	Und. Rede	2	5	R\$ 20,00	R\$ 200,00
9.10	ESTAÇÕES DE TRABALHO TIPO 1	Und./Diária	2	5	R\$ 30,00	R\$ 300,00
9.12	CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DA REDE DE INTERNET	Unidade	2	1	R\$ 30,00	R\$ 60,00
9.16	IMPRESSORA TIPO 2	Und./Diária	1	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00
12.1	ASSESSORIA PRÉVIA	DIÁRIA (8H)	1	5	R\$ 280,40	R\$ 1.402,00
12.3	PRODUTOR EXECUTIVO	DIÁRIA (8H)	1	6	R\$ 164,74	R\$ 988,41
12.16	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS	DIÁRIA	1	6	R\$ 87,80	R\$ 526,80
12.16	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS	DIÁRIA	1	5	R\$ 87,80	R\$ 439,00
12.36	GARÇOM UNIFORMIZADO	DIÁRIA / CATEGORIA	1	4	R\$ 81,51	R\$ 326,05
12.47	RECEPCIONISTA TRADUÇÃO - para os dias 28/02 e 02/03	AGENTE / DIA	1	2	R\$ 282,15	R\$ 564,31
12.48	TRADUTOR SIMULTÂNEO - INGLÊS - para os dias 28/02 e 02/03	DIÁRIA (6H)	1	3	R\$ 911,30	R\$ 2.733,90
12.48	TRADUTOR SIMULTÂNEO - ESPANHOL - para os dias 28/02 e 02/03	DIÁRIA (6H)	1	3	R\$ 911,30	R\$ 2.733,90
16.4	ESPAÇO FÍSICO - Tipo II. 26/02 montagem. Evento 27/02 a 02/03	DIÁRIA	1	6	R\$ 160,00	R\$ 960,00
16.7	ESPAÇO FÍSICO -Tipo V. 27/02 montagem. Evento 28/02 a 02/03.	DIÁRIA	1	5	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
Valor Total da Proposta						R\$ 50.630,76

Atenciosamente,

Jiselda Belezi

**PREMIER
EVENTOS**

ANEXO 4



11.1. BUFFET – JANTAR (DURAÇÃO DE 2HRS)

OPÇÃO 01

SALADAS E FRIOS:

- Folhas verdes: chicória, alface crespa, agrião e alface americana.
- Rúcula com parmesão e molho de mel e balsâmico / tomate com manjeriço e azeite de alho / frango defumado com maçã verde e passas / Caesar
- Niçoise / tabule / brócolis, couve flor e limão / berinjelas e abobrinha fritas com azeite.

Espelhos de Frios:

- Salame italiano, blanquet de peru, presunto Parma, lombo canadense, salame copa, salmão defumado.

Espelhos de Queijos:

- Provolone, gouda, gorgonzola, gruyere, reino, minas, ricota,

OUTROS:

- Azeite extra virgem, vinagre balsâmico, pimenta.
- Molho golf, mostarda, tártaro, rose
- Ratatouille, chutney de tomates, terrine de frango com pistache, ovos de codorna,
- Picles, palmito, azeitonas.

QUENTES

- Creme de espinafre
- Filet com pimentas brasileiras;
- Cordeiro ao Porto e alecrim;
- Penne com tomates secos, mussarela de búfala e pesto de rúcula;
- Peixe com gergelim e suave molho de laranja;
- Risotto de frutos do mar e especiarias

GUARNIÇÃO:

- Arroz branco / Legumes recheados á provençal / batatas rosti / Purê de macaxeira com azeite de especiarias

SOBREMESAS:

- Pudim de leite / pudim de chocolate/ mil folhas de baunilha e frutas / torta de maracujá
- Tarteletes de uva / limão / strudell de banana / crepe suzzete

Valor: R\$ 57,00 por pessoa.

ANEXO 5



CBD'S WORKS ON IDENTIFYING ECOLOGICALLY OR BIOLOGICALLY SIGNIFICANT MARINE AREAS (EBSAS) IN NEED OF PROTECTION

Development of Scientific Criteria and Scientific Guidance for Identifying EBSAs

1. **Threats to marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction.** The Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity in its eighth meeting (COP 8) noted a range of threats to marine biodiversity beyond national jurisdiction, in particular to seamounts, cold water coral reefs and hydrothermal vents, and expressed its deep concern over the range of threats, among these the impact of destructive fishing practices, including bottom trawling that has adverse impacts on vulnerable marine ecosystems, beyond national jurisdiction, and illegal, unreported and unregulated (IUU) fishing, which is a significant threat to marine ecosystems and biodiversity.

2. **CBD's supporting role to UNGA.** COP 8 then recognized that the Convention has a key role in supporting the work of the General Assembly with regard to marine protected areas beyond national jurisdiction, by focusing on provision of scientific and, as appropriate, technical information and advice relating to marine biological diversity, the application of the ecosystem approach and the precautionary approach. Such recognition was reiterated by COP 10.

3. **Scientific criteria for EBSAs.** COP 9 adopted, in decision IX/20, scientific criteria for identifying ecologically or biologically significant marine areas in need of protection in open-ocean waters and deep-sea habitats. The criteria include uniqueness or rarity; special importance for life-history stages of species; importance for threatened, endangered or declining species and/or habitats; vulnerability, fragility, sensitivity or slow recovery; biological productivity; biological diversity; and naturalness (see appendix 1 to this note). In addition, the Parties adopted scientific guidance for selecting areas to establish a representative network of marine protected areas, including in open-ocean waters and deep-sea habitats. The required network properties and components include ecologically and biologically significant areas; representativity; connectivity; replicated ecological features; and adequate and viable sites (see appendix 2 to this note).

4. **Scientific guidance for EBSAs.** Further progress in regards to identifying ecologically or biologically significant marine areas (EBSAs) was made in the context of the Expert Workshop on Scientific and Technical Guidance on the Use of Biogeographic Classification Systems and Identification of Marine Areas Beyond National Jurisdiction in Need of Protection (Ottawa, Canada, 29 September - 2 October, 2009). The workshop reviewed progress made in identification of areas beyond national jurisdiction that meet the scientific criteria (appendix 1), as well as national and regional experiences in applying similar criteria. The workshop then developed scientific guidance (see appendix 3 to this note) on the identification of marine areas beyond national jurisdiction, which meet the scientific criteria (appendix 1). This guidance was consolidated from the experience reported by Parties, various UN organizations such as FAO, ISA, and IMO, IGOs, NGOs, and experts who have used these or similar criteria in the identification of EBSAs in marine ecosystems. Guidance was provided for the application of each individual criterion, and available methods and tools were reviewed. The workshop also provided advice on more general issues related to scale; relative importance/significance; spatial and temporal



Secretariat of the Convention on Biological Diversity
United Nations Environment Programme
413 Saint-Jacques Street, Suite 800, Montreal, QC, H2Y 1N9, Canada
Tel : +1 514 288 2220, Fax : +1 514 288 6588
secretariat@cbd.int www.cbd.int



Life in harmony, into the future
いのちの共生を、未来へ
COP 10/MOP 5

variability; accuracy, precision and uncertainty; and taxonomic accuracy and uncertainty. Issues related to capacity-building and data and analysis for identifying EBSAs and biogeographic classification systems were also considered.

5. **Scientific guidance on biogeographic classification system.** The workshop also provided guidance for the further development of biogeographic classification systems in general, and put forward specific considerations relating to the use of the Global Open Oceans and Deep Seabed (GOODS) biogeographic classification. In this regards, the workshop noted that while the GOODS biogeographic classification in its present format provides a reasonable basis for management, its refinement in the future with new data could make it even more useful. Guidance regarding this refinement was provided. Further details can be found in document UNEP/CBD/EW-BCS&IMA/1/2 (available at <http://www.cbd.int/doc/?meeting=EWBCSIMA-01>).

Mechanism of Identifying EBSAs through the Application of Scientific Criteria

6. **Application of scientific criteria.** COP 10 noted that the application of the ecologically or biologically significant areas (EBSAs) criteria is a scientific and technical exercise, that areas found to meet the criteria may require enhanced conservation and management measures, and that this can be achieved through a variety of means, including marine protected areas and impact assessments.

7. **Who identifies EBSAs.** COP 10 emphasized that the identification of ecologically or biologically significant areas and the selection of conservation and management measures is a matter for States and competent intergovernmental organizations, in accordance with international law, including the UN Convention on the Law of the Sea.

8. **Dataset for identifying EBSAs.** COP 10 emphasized that identification of ecologically or biologically significant areas (EBSAs) should use the best available scientific and technical information and integrate the traditional scientific, technical, and technological knowledge of indigenous and local communities, and requested the Executive Secretary to facilitate availability and inter-operability of the best available marine and coastal biodiversity data sets and information across global, regional and national scales.

9. **Description of EBSAs at regional level.** COP 10 requested the Executive Secretary to organize a series of regional workshops with a primary objective to facilitate the description of ecologically or biologically significant marine areas through application of scientific criteria (appendix 1) as well as other relevant compatible and complementary nationally and intergovernmentally agreed scientific criteria, as well as the scientific guidance (appendix 3) on the identification of marine areas beyond national jurisdiction.

10. **Repository of scientific and technical information and experiences on EBSAs.** COP 10 requested the Executive Secretary, in collaboration with Parties and other Governments, the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), UNDOALOS, UNESCO/IOC, in particular OBIS, and other competent organizations, the World Conservation Monitoring Centre of the United Nations Environment Programme (UNEP-WCMC) and the Global Ocean Biodiversity Initiative (GOBI), to establish a repository for scientific and technical information and experience related to the application of the scientific criteria on the identification of EBSAs, and to develop an information-sharing mechanism with similar initiatives, such as FAO's work on vulnerable marine ecosystems (VMEs).

11. **Endorsement by COP of the report on identification of EBSAs and submission of the report to UNGA.** COP 10 requested the Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice (SBSTTA) to prepare reports based on scientific and technical evaluation of information from the regional workshops, setting out details of areas that meet the scientific criteria for consideration and endorsement in a transparent manner by the Conference of the Parties to the Convention, and requested the Conference of the Parties to include the endorsed report in the repository and submit the endorsed report to UNGA,

particularly the Ad Hoc Open ended Informal Working Group, as well as relevant international organizations, Parties and other Governments.

12. *Cooperation on managing EBSAs.* COP 10 encouraged Parties, other Governments and competent intergovernmental organizations to cooperate collectively or on a regional or subregional basis, to identify and adopt appropriate measures for conservation and sustainable use in relation to ecologically or biologically significant areas, including by establishing representative networks of marine protected areas in accordance with international law, including the United Nations Convention on the Law of the Sea, and based on best scientific information available, and to inform the relevant processes within the United Nations General Assembly.

ANEXO 6

APPENDIX 1. SCIENTIFIC CRITERIA FOR IDENTIFYING ECOLOGICALLY OR BIOLOGICALLY SIGNIFICANT MARINE AREAS IN NEED OF PROTECTION IN OPEN-OCEAN WATERS AND DEEP-SEA HABITATS ^{1/} (Annex I of Decision IX/20)

Criteria	Definition	Rationale	Examples	Consideration in application
Uniqueness or rarity	Area contains either (i) unique (“the only one of its kind”), rare (occurs only in few locations) or endemic species, populations or communities, and/or (ii) unique, rare or distinct, habitats or ecosystems; and/or (iii) unique or unusual geomorphological or oceanographic features	<ul style="list-style-type: none"> • Irreplaceable • Loss would mean the probable permanent disappearance of diversity or a feature, or reduction of the diversity at any level. 	<p><i>Open ocean waters</i> Sargasso Sea, Taylor column, persistent polynyas.</p> <p><i>Deep-sea habitats</i> endemic communities around submerged atolls; hydrothermal vents; sea mounts; pseudo-abyssal depression</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Risk of biased-view of the perceived uniqueness depending on the information availability • Scale dependency of features such that unique features at one scale may be typical at another, thus a global and regional perspective must be taken
Special importance for life-history stages of species	Areas that are required for a population to survive and thrive.	Various biotic and abiotic conditions coupled with species-specific physiological constraints and preferences tend to make some parts of marine regions more suitable to particular life-stages and functions than other parts.	Area containing: (i) breeding grounds, spawning areas, nursery areas, juvenile habitat or other areas important for life history stages of species; or (ii) habitats of migratory species (feeding, wintering or resting areas, breeding, moulting, migratory routes).	<ul style="list-style-type: none"> • Connectivity between life-history stages and linkages between areas: trophic interactions, physical transport, physical oceanography, life history of species • Sources for information include: e.g. remote sensing, satellite tracking, historical catch and by-catch data, vessel monitoring system (VMS) data. • Spatial and temporal distribution and/or aggregation of the species.

^{1/} Referred to in paragraph 1 of annex II to decision VIII/24.

Criteria	Definition	Rationale	Examples	Consideration in application
Importance for threatened, endangered or declining species and/or habitats	Area containing habitat for the survival and recovery of endangered, threatened, declining species or area with significant assemblages of such species.	To ensure the restoration and recovery of such species and habitats.	Areas critical for threatened, endangered or declining species and/or habitats, containing (i) breeding grounds, spawning areas, nursery areas, juvenile habitat or other areas important for life history stages of species; or (ii) habitats of migratory species (feeding, wintering or resting areas, breeding, moulting, migratory routes).	<ul style="list-style-type: none"> Includes species with very large geographic ranges. In many cases recovery will require reestablishment of the species in areas of its historic range. Sources for information include: e.g. remote sensing, satellite tracking, historical catch and by-catch data, vessel monitoring system (VMS) data.
Vulnerability, fragility, sensitivity, or slow recovery	Areas that contain a relatively high proportion of sensitive habitats, biotopes or species that are functionally fragile (highly susceptible to degradation or depletion by human activity or by natural events) or with slow recovery.	The criteria indicate the degree of risk that will be incurred if human activities or natural events in the area or component cannot be managed effectively, or are pursued at an unsustainable rate.	<p><i>Vulnerability of species</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Inferred from the history of how species or populations in other similar areas responded to perturbations. Species of low fecundity, slow growth, long time to sexual maturity, longevity (e.g. sharks, etc). Species with structures providing biogenic habitats, such as deepwater corals, sponges and bryozoans; deep-water 	<ul style="list-style-type: none"> Interactions between vulnerability to human impacts and natural events Existing definition emphasizes site specific ideas and requires consideration for highly mobile species Criteria can be used both in its own right and in conjunction with other criteria.

Criteria	Definition	Rationale	Examples	Consideration in application
			species. <i>Vulnerability of habitats</i> <ul style="list-style-type: none"> • Ice-covered areas susceptible to ship-based pollution. • Ocean acidification can make deep-sea habitats more vulnerable to others, and increase susceptibility to human-induced changes. 	
Biological productivity	Area containing species, populations or communities with comparatively higher natural biological productivity.	Important role in fuelling ecosystems and increasing the growth rates of organisms and their capacity for reproduction	<ul style="list-style-type: none"> • Frontal areas • Upwellings • Hydrothermal vents • Seamounts polynyas 	<ul style="list-style-type: none"> • Can be measured as the rate of growth of marine organisms and their populations, either through the fixation of inorganic carbon by photosynthesis, chemosynthesis, or through the ingestion of prey, dissolved organic matter or particulate organic matter • Can be inferred from remote-sensed products, e.g., ocean colour or process-based models • Time-series fisheries data can be used, but caution is required

Criteria	Definition	Rationale	Examples	Consideration in application
Biological diversity	Area contains comparatively higher diversity of ecosystems, habitats, communities, or species, or has higher genetic diversity.	Important for evolution and maintaining the resilience of marine species and ecosystems	<ul style="list-style-type: none"> • Sea-mounts • Fronts and convergence zones • Cold coral communities • Deep-water sponge communities 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversity needs to be seen in relation to the surrounding environment • Diversity indices are indifferent to species substitutions • Diversity indices are indifferent to which species may be contributing to the value of the index, and hence would not pick up areas important to species of special concern, such as endangered species • Can be inferred from habitat heterogeneity or diversity as a surrogate for species diversity in areas where biodiversity has not been sampled intensively.

ANEXO 7

Template for Submission of Scientific Information to Describe Ecologically or Biologically Significant Areas

*N.B. Please **DO NOT** embed tables, graphs, figures, photos, or other artwork within the text manuscript, but please send these as separate files. Captions for figures should be included at the end of the text file, however.*

Title/Name of the area:

Presented by (names, affiliations, title, contact details)

Abstract (in less than 150 words)

Introduction

(To include: feature type(s) present, geographic description, depth range, oceanography, general information data reported, availability of models)

Location

(Indicate the geographic location of the area/feature. This should include a location map. It should state if the area is within or outside national jurisdiction, or straddling both. It should also state if the area is wholly or partly in an area that is subject to a submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf)

Feature description of the proposed area

(This should include information about the characteristics of the feature to be proposed, e.g. in terms of physical description (water column feature, benthic feature, or both), biological communities, role in ecosystem function, and then refer to the data/information that is available to support the proposal and whether models are available in the absence of data. This needs to be supported where possible with maps, models, reference to analysis, or the level of research in the area)

Feature condition and future outlook of the proposed area

(Description of the current condition of the area – is this static, declining, improving, what are the particular vulnerabilities? Any planned research/programmes/investigations?)

Assessment of the area against CBD EBSA Criteria

(Discuss the area in relation to each of the CBD criteria and relate the best available science. Note that a candidate EBSA may qualify on the basis of one or more of the criteria, the boundaries of the EBSA need not be defined with exact precision. And modeling may be used to estimate the presence of EBSA attributes. Please note where there are significant information gaps.)

CBD EBSA Criteria (Annex I to decision IX/20)	Description (Annex I to decision IX/20)	Ranking of criterion relevance (please mark one column with an X)			
		Don't Know	Low	Some	High
Uniqueness or rarity	Area contains either (i) unique (“the only one of its kind”), rare (occurs only in few locations) or endemic species, populations or communities, and/or (ii) unique, rare or distinct, habitats or ecosystems; and/or (iii) unique or unusual geomorphological or oceanographic features				
<i>Explanation for ranking</i>					
Special importance for life-history stages of species	Areas that are required for a population to survive and thrive.				
<i>Explanation for ranking</i>					
Importance for threatened, endangered or declining species and/or habitats	Area containing habitat for the survival and recovery of endangered, threatened, declining species or area with significant assemblages of such species.				
<i>Explanation for ranking</i>					
Vulnerability, fragility, sensitivity, or slow recovery	Areas that contain a relatively high proportion of sensitive habitats, biotopes or species that are functionally fragile (highly susceptible to degradation or depletion by human activity or by natural events) or with slow recovery.				
<i>Explanation for ranking</i>					

Biological productivity	Area containing species, populations or communities with comparatively higher natural biological productivity.				
<i>Explanation for ranking</i>					
Biological diversity	Area contains comparatively higher diversity of ecosystems, habitats, communities, or species, or has higher genetic diversity.				
<i>Explanation for ranking</i>					
Naturalness	Area with a comparatively higher degree of naturalness as a result of the lack of or low level of human-induced disturbance or degradation.				
<i>Explanation for ranking</i>					

Sharing experiences and information applying other criteria (Optional)

Other Criteria	Description	Ranking of criterion relevance (please mark one column with an X)			
		Don't Know	Low	Some	High
<i>Add relevant criteria</i>					
<i>Explanation for ranking</i>					

References

(e.g. relevant documents and publications, including URL where available; relevant data sets, including where these are; information pertaining to relevant audio/visual material, video, models, etc]

Maps and Figures

Rights and permissions

(indicate if there are any known issues with giving permission to share or publish these data and what any conditions of publication might be; provide contact details for a contact person for this issue)